

PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA
XI EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO JURÍDICO - DPE-BA

PROVA ANALÍTICO EXPOSITIVA
– ABORDAGENS DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES
PÓS- RECURSO

As questões analítico-expositivas privilegiaram avaliar o desenvolvimento da resposta elaborada pelo candidato, de acordo com o solicitado. Ao responder às questões, o candidato será avaliado em relação aos seus conhecimentos acadêmicos e vivenciais, além das competências e habilidades necessárias para a elaboração dos seus argumentos para a produção de suas respostas, em atendimento ao comando das questões.

A seguir estão apresentadas as linhas de abordagem, pós- recurso, reafirmadas ou alteradas, para análise das questões que compõem a Prova.

Questão 01	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
O candidato deve abordar: <ol style="list-style-type: none">1. O Racismo Estrutural tratado no Texto II como reflexo de séculos de escravidão ilustrado no Texto I.2. Os efeitos do Racismo Estrutural refletidos nas desigualdades sociais, sendo esses efeitos a materialização da violação dos Direitos Fundamentais.3. A necessidade da adoção de ações estatais e da sociedade civil para garantir a Dignidade Humana, evidenciando a possibilidade de ascensão dos negros como uma forma de quebra do sistema secular de poder, sendo ferramenta de efetivação dos Direitos Fundamentais e alcance ao Direito Social do Trabalho.	5,0

Questão 02	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
A) O candidato deve afirmar que o Direito à Liberdade de Expressão deixa de ter força quando infringe, por exemplo, o direito à vida, à liberdade, à segurança, bem como quando trata do humor como afronta à honra e à dignidade humana. Nesse sentido a Constituição Federal limita a liberdade de expressão ao prevê a vedação	5,0

à prática do racismo e ao anonimato, ao expor pensamentos, ao assegurar o direito de resposta proporcional ao agravo, além de garantir a indenização por dano material, dano moral ou à imagem, garantir a inviolabilidade, a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas e assegura ainda o Direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

B) Trata-se da demonstração do entendimento acerca do crime contra a honra que possui caráter subjetivo previsto no Artigo 140 do CP e que descreve o delito de injúria, que consiste na conduta de desonra, na ofensa à dignidade de alguém, por meio de xingamentos, por exemplo. Deve ainda reconhecer que o crime de injúria racial é uma forma de injúria qualificada, prevista no parágrafo 3º do mesmo artigo, na qual a pena é maior. Para sua caracterização é necessário que haja ofensa à dignidade de alguém, com base na sua raça, cor, etnia, religião, idade ou deficiência. Nesta hipótese, a pena será aumentada.

Questão 03

Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>A) Da aplicação do arrependimento eficaz, conforme Artigo 15 do Código Penal, pois, no caso especificado, o processo de execução foi esgotado e o agente buscou impedir o resultado.</p> <p>B) Trata-se da perda do Poder Familiar, a forma mais grave de destituição prevista no CC, em razão das ameaças à filha e ao crime doloso de lesão corporal praticado contra a mãe da criança.</p>	5,0

Questão 04

Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>O candidato deve reconhecer que:</p> <p>A) Trata-se da prática de violência doméstica, violência de gênero, em paralelo à prática de racismo. Tipificação: Cárcere privado, conforme art.148 do CP.</p> <p>B) A Teoria da Perda de uma chance consiste em retirar de outra pessoa a oportunidade de um dado benefício, configura-se ato ilícito passível de indenização. No caso em tela, foi retirada de Brisa a possibilidade de prestar a prova do ENEM.</p>	5,0

Questão 05	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>O candidato deve conceituar a Doutrina da Proteção Integral, identificando a sua evolução histórica, estando no Brasil prevista no Artigo 227 da Constituição Federal, a qual define ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade... Assim, a Doutrina de Proteção Integral impõe a compreensão da criança e do adolescente enquanto sujeito de Direitos.</p>	5,0

Questão 06	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>A) O candidato deve identificar que se trata do instituto da Responsabilidade Civil previsto no Art. 927 do CC que visa reparar o dano seja moral e/ou material.</p> <p>B) O candidato deve identificar que a situação apresentada refere-se ao Crime Culposo porque não houve a intenção de praticar o fato, porém as medidas necessárias para impedi-lo não foram observadas. Deve ainda classificar o crime culposo na modalidade de Culpa Consciente. Pois, o agente praticou o fato prevenindo a possibilidade de ocorrência de um resultado danoso, contudo confiava em suas habilidades para que o resultado não ocorresse.</p>	5,0

Questão 07	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>O candidato deve reconhecer que:</p> <p>A) Se trata da Reclamação Constitucional, prevista no Art. 988 do CC.</p> <p>B) OS efeitos da remissão implicam o não reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, conseqüentemente não surgirá efeito em relação aos antecedentes. Portanto, o perdão ou a transação encerram o procedimento de apuração do ato infracional cometido pelo adolescente.</p>	5,0

Questão 08	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
O candidato deve ressaltar que estabelecer valores diferenciados em razão da idade dos clientes não significa que os planos de saúde poderão impor valores abusivos aos idosos porque há proteção Constitucional que garante prioridade a Saúde do Idoso por meio de políticas sociais e econômicas. Neste sentido, o Estatuto do Idoso veda a discriminação dos idosos nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, conforme Art. 15, § 3.	5,0

Questão 09	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
A) O candidato deve reconhecer que o entendimento do Defensor Público não está correto. No caso narrado, o direito violado é o de ir e vir/locomoção. Diante disso, o instrumento gratuito capaz de salvaguardar esse direito é o remédio constitucional Habeas Corpus, conforme Art. 5º, LXVIII, da CF/88.	5,0
B) O candidato deve descrever que a teoria dos frutos da árvore envenenada consiste no entendimento de que a prova produzida em consequência de uma descoberta obtida por meios ilícitos estará contaminada pela sua ilicitude	

Questão 10	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
O candidato deve reconhecer que: A) A conduta de Tyron configura o crime de prevaricação, previsto no Art. 319 do Código Penal. B) No que se refere à Defensoria Pública, o entendimento de Tyron está errado, vez que a Defensoria Pública não está subordinada a secretarias, pois trata-se de uma instituição autônoma. C) Tyron está suscetível a uma ação de improbidade administrativa, uma vez que cabe ao servidor atuar com probidade no desempenho de sua função. Assim,	5,0

quando se recusa a protocolar o documento de Ramsay, comete ato de improbidade administrativa, porque deixou de praticar ato de ofício, apenas para satisfazer um interesse pessoal.	
--	--

Questão 11	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
O candidato deve ressaltar que a Defensoria Pública possui autonomia funcional, administrativa e financeira. Não obstante, possui organização definida em lei complementar (LC 80/94), conforme preceitua o art. 134, parágrafo único, da CF/88.	5,0

Questão 12	
Abordagens de Resposta à questão	Total de pontos
<p>Ao analisar a situação hipotética sugerida na questão o candidato deve considerar que:</p> <p>O Defensor Público Geral, no âmbito Federal é nomeado pelo Presidente da República, conforme art.6 da LC80/94 e no âmbito Estadual é nomeado pelo Governador do Estado, nos termos do art.14 da LC26/06. Além disso, os Defensores Públicos Gerais devem ser maiores de 35 anos e nomeados para mandatos de 2 anos.</p> <p>O defensor não se equipara ao advogado, portanto não possui legitimidade para propor ação civil pública. Salvo o Defensor Público Geral, nos termos do art.15, IV da LC26/06, e Própria Defensoria Pública.</p>	5,0